José Afonso da Silva

O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

evolução institucional

STF00093167

Sumário

Informações ao leitor 19

Capítulo I **SÍNTESE HISTÓRICA**

1. Número de Constituições 25
2. Condições em que surgiu cada Constituição
2.1 Fase monárquica 25
2.2 Fase republicana 27
2.3 O plebiscito, a revisão e emendas constitucionais 34
3. Positividade das Constituições 34
4. Importância (valoração) histórica dos textos 37

Capítulo II **PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES**

I – Questão de Ordem
1. Como se forma uma Constituição 43
II – O Império
2. Fundação do Império 45
3. A Constituinte imperial 46
4. A Constituição imperial 50
5. O regime monárquico 51
III – A República Federativa
6. A queda do Império 51
7. Congresso Constituinte republicano de 1891 53
8. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil 55
9. A política dos governadores 57
10. O Coronelismo. Pirâmide oligarca 58
11. O Tenentismo 60

IV – A Revolução de 1930

12. Organização do poder revolucionário 62

13. A Segunda República 64

14. Constituinte de 1933-1934 65

15. A Constituição de 1934. A questão social 68

V – O Regime Ditatorial Vargas

16. O Estado Novo 69

17. A Carta de 1937 70

VI – A Redemocratização

18. Movimento da redemocratização 71

19. Congresso constituinte de 1946 73

20. A Constituição de 1946. Seu sentido democrático 75

VII – O Golpe de 1964 e seus Fundamentos Doutrinários

21. A Doutrina da Segurança Nacional 76

22. Formação da Constituição de 1967 77

23. A Emenda 1: Constituição da República Federativa do Brasil de 1969 80

24. O regime dos atos institucionais. Estado de exceção permanente 80

VIII – Construção da Nova República

25. Necessidade de nova Constituição 81

26. Busca do equilíbrio democrático 82

27. Convocação da Assembléia Constituinte. Temas constitucionais em debate. Nova esperança do povo 84

28. Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988 86

29. Conclusão 88

*Capítulo III – **OS PRINCÍPIOS DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO***

1. Questão de ordem 91

2. A Independência e o problema da unidade nacional 91

3. Unitarismo monárquico e Federalismo republicano 94

4. Outros princípios constitucionais 97

5. Divisão de Poderes 97

6. O princípio da constitucionalidade. A supremacia da Constituição

6.1 Significado 99

6.2 Defesa jurídica da supremacia constitucional 99
7. Mudança formal das Constituições 100
7.1 Reforma constitucional no Império 102
7.2 Processos de reforma constitucional no regime republicano 105

8. Limitações ao poder de reforma 120

Capítulo IV – ***JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL***

1. Objeto do estudo 122
2. Supremacia constitucional e sua garantia 123
3. Evolução histórica 125
4. Métodos de controle adotados 130
5. Justiça constitucional brasileira pelo método difuso
5.1 Tribunais que o exercem 130
5.2 Atos sujeitos ao controle de constitucionalidade 131
5.3 Questões excluídas do controle de constitucionalidade 132
5.4 Caráter incidental do sistema 134
5.5 Motivos de inconstitucionalidade 136
5.6 Mecanismos de revisão das decisões judiciais sobre controle de constitucionalidade 136
5.7 Efeitos do controle 137
6. Justiça constitucional brasileira pelo método concentrado
6.1 Bases constitucionais do sistema 138
6.2 Tribunais que podem exercer o controle 139
6.3 Método do controle 139
6.3.1 Quem pode fazer parte do processo 140
6.3.1.1 Ação de inconstitucionalidade genérica federal (CF, art. 102, I) 140
6.3.1.2 Ação de inconstitucionalidade genérica estadual 141
6.3.1.2.1 Competência 142
6.3.1.3 Ação de inconstitucionalidade interventiva federal 142
6.3.1.4 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva estadual 143
6.4 Procedimento 143

6.4.1 Propositura da ação genérica 144
6.4.2 Desistência e assistência 144
6.4.3 Suspensão cautelar do ato 144
6.4.4 Informações 144
6.4.5 Urgência 144
6.4.6 Julgamento 145
6.4.7 Comunicação ao responsável 145
6.5 Procedimento, no STF, da arguição de inconstitucionalidade pelo método difuso 145
6.5.1 Objeto do controle concentrado 146
6.5.2 Motivo de inconstitucionalidade que permitem o exercício do controle concentrado 147
7. Controle de constitucionalidade por chefes do Poder Executivo
7.1 Veto 147
7.2 Inaplicabilidade de lei pelo Executivo sob o fundamento de sua inconstitucionalidade 147
8. A prática do sistema de justiça constitucional
8.1 Controle das relações interorgânicas dos Poderes Públicos
8.1.1 Jurisdição constitucional e federalismo 148
8.1.2 Jurisprudência 149
8.2 O controle constitucional no sistema de separação de Poderes. Relações entre o legislador e o Poder Executivo, entre lei e regulamento, relações entre órgãos constitucionais autônomos 159
8.2.1 Jurisprudência 160
9. Conclusão 166

Capítulo V – ***PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL***

1. Positivação e subjetivação dos direitos 167
2. Direitos humanos no Império 168
2.1 A escravidão 169
3. Direitos humanos na República 176
4. Garantias constitucionais 180
5. Remédios constitucionais 181
5.1 Direito de petição 182

5.2 Direito a certidões 185
5.3 "Habeas corpus" 185
5.4 Mandado de segurança 187
5.5 Mandado de segurança coletivo 191
5.6 Mandado de injunção 193
5.7 "Habeas data" 198
5.8 Ação popular 202
5.8.1 Regime das Ordenações 202
5.8.2 Ação popular na Constituição do Império 203
5.8.3 Ação popular no regime da Constituição de 1891 e do Código Civil de 1916 204
5.8.4 Ação popular no regime da Constituição de 1934 206
5.8.5 Ação popular no regime das Constituições de 1946, 1967 e 1969 208
5.8.6 Ação popular na Constituição de 1988 209
6. Apreciação 210
7. Evolução dos direitos dos índios 214
8. Conclusão 217

*Capítulo VI – **EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ELEITORAIS***

1. Colocação do tema 219
2. Sistema distrital no Brasil 220
3. O sistema de representação proporcional no Brasil 226
3.1 Cômputo dos votos válidos 228
3.2 Determinação do quociente eleitoral 229
3.3 Determinação do quociente partidário 229
3.4 Distribuição dos restos 229
3.5 Determinação dos eleitos 230
4. Representação política e Federação 230
5. Sistema eleitoral e deformação da vontade popular 231
6. Efeitos corporativos da representação proporcional 232
7. Propostas de mudança 233
8. Sistema distrital misto 234
9. Proposta Edgar Costa-Milton Campos 238
10. Discussão 239

11. Propostas para a reforma do sistema proporcional 241
12. Votação distrital e eleição proporcional 243
13. Conclusão 245

*Capítulo VII – **EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS***

1. Colocação do tema 246
2. Partidos e eleições no período imperial brasileiro 248
3. Federação partidária e eleição "a bico de pena" na Primeira República 252
4. Polarização ideológica e partidos nacionais na Segunda República 257
5. Ditadura apartidária 258
6. Multipartidarismo e representação proporcional da Terceira República 259
7. Tecnoburocracia militar e bipartidarismo 261
8. Reformulação partidária 264
9. Institucionalização jurídico-constitucional dos partidos brasileiros 264
10. Controles 265
11. A Constituição de 1988 e o sistema partidário 268

*Capítulo VIII – **DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO***

I – A Formação História do Estado Brasileiro
1. Capitanias hereditárias 269
2. Governadores-gerais 270
3. Fragmentação e dispersão do poder político na Colônia 271
4. Efeitos futuros 272
II – O Império Unitário
5. Forma de Estado 273
6. Unidade nacional e centralização monárquica 273
7. Mecanismo político do poder central 274
8. Os liberais e o ideal federalista 275
9. Vitória das forças republicano-federalistas 276
III – O Federalismo Republicano
10. A adoção do Federalismo no Brasil 276
11. Lutas político-revolucionárias pelo Federalismo 277
12. Tentativas legislativo-constitucionais em favor do Federalismo 279

13. Bases sócio-históricas do Federalismo brasileiro 280
14. O Federalismo imitado da Constituição de 1891 282
15. Crise e ressurgimento do Federalismo: Constituição de 1934 284
16. Eclipse do ideal federativo na Carta de 1937 285
17. O Federalismo da Constituição de 1946 e o domínio econômico-financeiro da União 287
18. O Federalismo nominal da Constituição de 1967 e a predominância do aspecto unitário 288
19. O centralismo da Constituição de 1969 291
20. Federalismos antifederalistas e o Federalismo nominal. Federalismo estadualista deformado 291
21. Federalismo cooperativo 293
22. Federalismo de integração 294
23. Federalismo nominal 295

IV – Conciliação entre Normas e Realidade e a Tese do Federalismo de Regiões

24. Federalismo e intervencionismo 297
25. Repartição de encargos e autonomia dos Estados e Municípios 298
26. A tese do Federalismo de Regiões 298

V – Componentes da Federação

27. União 300
28. Formação dos Estados-membros da Federação Brasileira ..302
29. Capital Federal e o Distrito Federal 304
30. Origem dos Territórios 307

VI – Forma de Estado e Tributação

31. Sistema tributário brasileiro 308
32. Evolução do sistema brasileiro 308
33. Tributação e Federalismo 309

*Capítulo IX – **MUNICIPALISMO, OLIGARQUIA E PODER LOCAL***

1. Questão de ordem 312
2. Origem e fundamentos das oligarquias, do Coronelismo e do poder local 312
3. O Município no Império 316

4. Transformações operadas com a proclamação da República....317
4.1 Mandonismo local em Minas Gerais 318
4.2 Mandonismo ainda em Minas Gerais 321
4.3 O mandonismo em Minas Gerais. O Gonçalvismo e outros 324
4.4 Mandonismo em São Paulo. Os "Sucessos de Araraquara" 330
4.5 Conflitos interoligarquias 336
4.6 "A República de Princesa" 337
4.7 Morte de João Pessoa 344
4.8 A guerra no Cariri: o "Pacto Coronelístico de Juazeiro"....345
5. O Municipalismo depois da Revolução de 1930 350

Capítulo X – ***DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES***

I – Distinção de Poderes
1. A divisão dos Poderes 355
2. Governo e distinção de funções do poder 356
II – Organização do Poder
3. A divisão dos Poderes no Império 357
4. A divisão de Poderes na República 360
III – O Poder Legislativo
5. Organização do Poder Legislativo no Império 361
5.1 Ramos do Poder Legislativo imperial 362
5.2 Atribuições da Assembléia-Geral 362
6. Poder Legislativo na República 365
7. Processo legislativo 367
IV – O Poder Executivo
8. Poder Executivo no Império 368
8.1 Atribuições do Poder Executivo 370
9. Poder Executivo na República 372
9.1 Atribuições do Poder Executivo 372
9.2 Revolução de 1930. Poder Executivo discricionário 373
9.3 Constituição de 1934. Uma experiência frustrada 374
9.4 O Estado Novo e o domínio presidencial 374
9.5 Constituição de 1946. Reorganização do Poder Executivo 375
9.6 Poder Executivo parlamentarista 376

9.7 Golpe de 1964 e Poder Executivo forte 377
10. A Constituinte de 1987-1988 e o Poder Executivo 377
V – O Poder Judiciário 380
11. Poder Judiciário no Império 381
12. Poder Judiciário na República 381
VI – O Ministério Público 384
VII – A Advocacia Pública 387
VIII – Defensorias Públicas 390

*Capítulo XI – **SISTEMAS DE GOVERNO E SEU FUNCIONAMENTO***

I – Sistemas de Governo
1. Noção de "sistema de governo" 392
II – Sistema de Governo no Império
2. Base constitucional 393
III – Sistemas de Governo na República
(A) presidencialismo e oligarquias no regime de 1891
3. Fonte do Presidencialismo da Constituição de 1891 397
4. Presidencialismo e Federalismo: a Política dos Governadores 398
5. O poder presidencial 400
(B) a revolução de 1930 e o personalismo presidencial
6. O governo unipessoal 401
7. Executivo forte, Legislativo fraco 402
(C) crises e o parlamentarismo de 1961
8. Populismo e oligarquias 403
9. Crises sucessórias: o forte poder fraco 404
10. O debate parlamentarista: o Partido Libertador 405
11. O Parlamentarismo de 1961 405
12. O colapso do Presidencialismo: autoritarismo 408
(D) a constituinte e o sistema de governo
13. Comissão de Estudos Constitucionais. Proposta de um Presidencialismo de gabinete. O sistema misto do seu projeto 408
14. O Parlamentarismo da Comissão de Sistematização 411

15. A pressão presidencial contra o Parlamentarismo: o Presidencialismo parlamentarizado 414
16. Presidencialismo puro: fortalecimento do Legislativo 415
17. Conclusão 417

*Capítulo XII – **EVOLUÇÃO DOS ESTADOS DE EXCEÇÃO***

1. Defesa da Constituição 419
2. Estado de sítio sob a Constituição de 1891 420
3. Estado de exceção sob o Governo Provisório (1930-1934) 424
4. Estado de sítio sob a Constituição de 1934 425
5. Estado de exceção e Ditadura 427
6. Estado de sítio sob a Constituição de 1946 429
7. Estado de exceção sob a Constituição de 1967 433
8. Estados de exceção sob a Constituição de 1969 435
8.1 Premissas teóricas 436
8.2 Tipos de estados de exceção sob a Constituição de 1969 438
8.2.1 Estado de sítio 439
8.2.2 Estado de emergência 440
8.2.3 Medidas de emergência 441
9. Estados de exceção sob a Constituição de 1988
9.1 Tipos de estados de exceção vigentes 444
9.1.1 Estado de defesa 444
9.1.2 Estado de sítio 446

*Capítulo XIII – **DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL***

1. Colocação do tema 449
2. A Constituição de 1934 449
3. A Carta de 1937 451
4. Ordem econômica e social da Constituição de 1946 453
5. A Constituição de 1967 455
6. Constituição de 1988 457

*Capítulo XIV – **EVOLUÇÃO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DO BRASIL***

1. Questão de ordem 464
2. Esquema geral 464

I – A Fase Monárquica

3. Período de 1808 a 1822. Brasil, Reino Unido a Portugal ... 466

4. Período de 1822 a 1889 ... 469

4.1 Primeiro Reinado ... 471

4.2 Regência ... 473

4.3 Segundo Reinado ... 477

4.4 O caminho da República ... 484

II – A Fase Republicana

5. Período de 1889 a 1930. República oligárquica ... 486

5.1 Reforma financeira ... 489

5.2 O Congresso Constituinte e a Constituição de 24.2.1891 ... 491

6. Período de 1930 a 1945. Poder discricionário ... 505

7. Período de 1945 a 1964. Populismo nacionalista ... 507

8. Período de 1964 a 1985. Conservadorismo autoritário ... 513

9. Período de 1985 em diante. Nova República e Estado Democrático de Direito ... 519

Bibliografia ... 528